

RAZÃO DA ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO PACTUADO

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM TERAPIA OCUPACIONAL, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO, ELABORAÇÃO DE PLANO TERAPÊUTICO, ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO ESPECIALIZADO E O FORNECIMENTO DE DISPOSITIVOS ASSISTIVOS (ÓRTESE E PALMILHA), PARA ATENDIMENTO À PACIENTE R. V. M. L.

A presente contratação decorre de necessidade pública concreta, atual e inadiável, consubstanciada no dever constitucional do Município de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, bem como no cumprimento de ordem judicial específica proferida nos autos do Processo nº 0800254-63.2025.8.14.0012, que determinou o fornecimento imediato de tratamento especializado à paciente identificada.

O objeto consiste na prestação de serviços de Terapia Ocupacional em reabilitação pediátrica, incluindo avaliação inicial, elaboração de Plano Terapêutico Individualizado (PTI), acompanhamento sistemático com sessões semanais, reavaliação periódica e fornecimento de dispositivos assistivos personalizados (órtese e palmilha). Trata-se de intervenção essencial à promoção, recuperação e manutenção da funcionalidade da paciente, sendo indispensável à mitigação de limitações motoras, prevenção de agravos e melhoria da qualidade de vida.

A necessidade do objeto revela-se ainda mais evidente diante do caráter contínuo, especializado e individualizado do tratamento, que exige atuação profissional qualificada, observância de protocolos clínicos e acompanhamento evolutivo constante, não sendo possível sua substituição por soluções genéricas ou padronizadas ofertadas na rede pública local, seja por limitação estrutural, seja pela ausência de disponibilidade imediata de atendimento especializado na extensão e especificidade demandadas.

Ressalte-se que a não realização do tratamento nos moldes prescritos implica risco concreto de agravamento do quadro clínico, com potenciais prejuízos irreversíveis ao desenvolvimento da paciente, o que evidencia a urgência e a imprescindibilidade da contratação. Nesse contexto, a Administração Pública não dispõe de margem discricionária para postergar ou substituir a prestação, sob pena de violação ao direito fundamental à saúde e de descumprimento de decisão judicial.

Ademais, a contratação pretendida encontra-se em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, eficiência, continuidade do serviço público e proteção integral à saúde, configurando medida necessária, adequada e proporcional para atender à demanda apresentada.

Diante do exposto, resta plenamente demonstrada a necessidade do objeto, não apenas sob o prisma administrativo, mas sobretudo sob a  tica jurídica e social, legitimando a ado o de procedimento de contrata o direta em caráter emergencial, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei n  14.133/2021.

II- DA DISPENSA DE LICITA O:

A presente contrata o enquadra-se na hipótese de dispensa de licita o em caráter emergencial, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei n  14.133/2021, tendo em vista a existência de situa o que demanda atua o imediata da Administra o Pública para evitar prejuízo ou comprometimento   saúde da paciente beneficiária.

Art. 75.   Dispensável a Licita o

II - para contrata o que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto n  10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto n  11.317, de 2022) Vigência (Vide Decreto n  11.871, de 2023) Vigência (Vide Decreto n  12.343, de 2024) Vig ncia~~

No caso em análise, a urgência resta objetivamente configurada pela existência de decisão judicial proferida nos autos do Processo n  0800254-63.2025.8.14.0012, a qual determinou ao Município o fornecimento imediato de tratamento especializado em Terapia Ocupacional, incluindo avalia o, acompanhamento contínuo e disponibiliza o de dispositivos assistivos personalizados. Trata-se, portanto, de obriga o legal e judicial cuja inobservância pode ensejar responsabiliza o administrativa, civil e até mesmo pessoal dos agentes públicos envolvidos.

A natureza do objeto, serviços de saúde especializados em reabilita o pediátrica, com caráter contínuo e individualizado, associada   necessidade de início imediato da execu o, inviabiliza a realiza o de procedimento licitatrio ordinário, haja vista que o tempo necessário para sua condu o comprometeria a efetividade da medida judicial e colocaria em risco a integridade e o desenvolvimento da paciente.

Cumprir destacar que a dispensa emergencial não decorre de falha de planejamento

administrativo, mas de situa o superveniente e imprevisível sob a  tica da exigibilidade imediata, consubstanciada na ordem judicial que impôs prazo exíguo para cumprimento, exigindo resposta célere e eficaz por parte da Administra o.

Ademais, foram observados os pressupostos legais para a contrata o direta, notadamente:

- (i) a demonstra o da urgência concreta;
- (ii) a limita o da contrata o ao estritamente necessário para o atendimento da situa o emergencial;
- (iii) a justificativa da escolha do fornecedor; e
- (iv) a comprova o da compatibilidade do preço com o mercado, conforme documenta o constante dos autos do processo administrativo n  1071/2026.

Ressalte-se, ainda, que a contrata o foi estruturada de modo a garantir controle, fiscaliza o e vincula o ao efetivo cumprimento do objeto, com pagamento condicionado   execu o dos serviços e   apresenta o de relatórios técnicos, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

Dessa forma, a ado o da dispensa de licita o revela-se juridicamente legítima, necessária e proporcional, constituindo o meio adequado para assegurar a continuidade do serviço público de saúde e o cumprimento da decisão judicial, sem prejuízo do dever da Administra o de, cessada a situa o emergencial, promover a devida regulariza o por meio de procedimento licitatório, se cabível.

III – JUSTIFICATIVA DA RAZÃO DA ESCOLHA.

A escolha da empresa contratada encontra-se devidamente motivada   luz das circunstâncias fáticas e jurídicas que permeiam a presente contrata o, revelando-se medida técnica, necessária e alinhada ao interesse público primário, sobretudo diante do caráter emergencial da demanda e da especificidade do objeto.

Inicialmente, cumpre destacar que a contrata o decorre do cumprimento de ordem judicial que impôs ao Município a obriga o de fornecer, de forma imediata e contínua, tratamento especializado em Terapia Ocupacional   paciente identificada nos autos, o que impõe   Administra o atua o célere, eficaz e orientada   obten o de resultado concreto, qual seja, a efetiva presta o do serviço de saúde prescrito.

Nesse contexto, a escolha do fornecedor n  se pautou por critérios meramente discricionários, mas sim por parâmetros objetivos de capacidade técnica, compatibilidade operacional e

disponibilidade imediata, elementos indispensáveis   adequada execu o do objeto. A empresa selecionada demonstrou possuir aptidão técnica comprovada, com atua o compatível com o objeto contratado, notadamente na área de reabilita o pediátrica, envolvendo avalia o especializada, elabora o de Plano Terapêutico Individualizado (PTI), acompanhamento clínico sistemático e fornecimento de dispositivos assistivos personalizados.

Ademais, verificou-se que o corpo técnico da contratada   composto por profissionais devidamente habilitados e regularmente inscritos no respectivo conselho de classe (CREFITO), garantindo a observância das normas técnicas,  ticas e sanitárias aplicáveis   presta o de serviços de saúde, o que se mostra essencial diante da natureza sensível e individualizada do atendimento.

Outro fator determinante para a escolha foi a capacidade de início imediato da execu o contratual, condi o imprescindível diante da urgência evidenciada no caso concreto. A contratada apresentou disponibilidade operacional compatível com a necessidade da Administra o, assegurando a continuidade do tratamento sem interrup es, em estrita observância   prescri o médica e às diretrizes clínicas aplicáveis.

Ressalte-se, ainda, que a soluço apresentada pela empresa contempla abordagem integrada do atendimento, abrangendo não apenas a execu o das sessões terapêuticas, mas também a avalia o inicial, reavalia o periódica e o fornecimento de  rtese e palmilha personalizados, o que evidencia a vantajosidade técnica da escolha, ao permitir a centraliza o da responsabilidade e maior eficiência no acompanhamento dos resultados terapêuticos.

Dessa forma, a escolha do fornecedor revela-se devidamente justificada, porquanto baseada em critérios técnicos, na adequa o ao objeto, na capacidade de resposta imediata e na aptidão para assegurar a efetividade da política pública de saúde no caso concreto, em consonância com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público e prote o integral   saúde.

IV - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

A justificativa do preço pactuado encontra-se devidamente demonstrada nos autos do processo administrativo, evidenciando a compatibilidade dos valores contratados com os praticados no mercado, em conformidade com o que dispõe o art. 23 da Lei n  14.133/2021, aplicado subsidiariamente às contrata es diretas, bem como com os princípios da economicidade e da vantajosidade.

O valor global estimado da contratação, fixado em **R\$ 38.443,64 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos)**, decorre de composição analítica do objeto, contemplando todos os elementos necessários à execução integral da solução demandada, quais sejam:

- (i) 144 sessões de terapia ocupacional individualizadas, com duração de 50 minutos cada;
- (ii) realização de avaliação inicial com elaboração de Plano Terapêutico Individual (PTI);
- (iii) reavaliação periódica para mensuração da evolução clínica e eventual readequação do plano terapêutico; e (iv) fornecimento de dispositivos assistivos personalizados (órtese de membro superior e palmilha ortopédica), em estrita conformidade com a prescrição médica.

Os preços unitários apresentados mostram-se razoáveis e coerentes com a realidade de mercado, especialmente quando considerados fatores como: a natureza especializada do serviço, a exigência de profissional habilitado e regularmente inscrito no conselho de classe competente, o caráter individualizado do atendimento, a continuidade do acompanhamento terapêutico e a inclusão de insumos personalizados de caráter ortopédico.

Ademais, o preço contratado abrange não apenas os custos diretos da prestação dos serviços, mas também os encargos indiretos inerentes à atividade, tais como tributos, encargos trabalhistas, custos operacionais, logística, responsabilidade técnica e demais despesas necessárias à execução adequada do objeto, não se verificando qualquer indício de sobrepreço ou incompatibilidade econômica.

Importa destacar que, mesmo no contexto de dispensa de licitação em caráter emergencial, a Administração Pública observou o dever de diligência quanto à aferição da vantajosidade da contratação, tendo como parâmetro a adequação entre custo e benefício, sobretudo diante da urgência da demanda e da necessidade de garantir a continuidade do tratamento de saúde da paciente.

Ressalte-se, ainda, que o modelo de pagamento adotado, vinculado à efetiva execução dos

serviços, mediante comprova o documental e atesto do fiscal do contrato, constitui mecanismo adicional de controle da despesa pública, assegurando que os valores desembolsados correspondam, estritamente, às obriga es efetivamente cumpridas pela contratada.

Por fim, a análise do preço deve ser compreendida   luz do contexto específico da contrata o, que envolve não apenas uma rela o econ mica, mas a concretiza o de um direito fundamental, razão pela qual o critério de vantajosidade não se limita   dimensão estritamente financeira, devendo considerar também a qualidade do serviço, a especializa o técnica, a celeridade na execu o e o impacto direto na saúde e na dignidade da paciente.

Diante do exposto, conclui-se que o preço pactuado encontra-se devidamente justificado, compatível com o mercado e alinhado ao interesse público, atendendo integralmente aos requisitos legais e aos parâmetros de controle das contrata es públicas.

V- DA HABILITA O JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL .

Nos termos do art. 62 da Lei n  14.133/2021, a contratada apresentou todos os documentos exigíveis para comprovar sua habilita o jurídica, regularidade fiscal, qualifica o técnica e econ mico-financeira, conforme exigido para a contrata o direta por inexigibilidade, estando plenamente apta   celebra o do ajuste com a Administra o Pública.

Art. 62. A habilita o   a fase da licita o em que se verifica o conjunto de informa es e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licita o, dividindo-se em:

I -jurídica;

II técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econ mico-financeira.

Diante disso, resta deixar resignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilita o.

Cametá-PA, 04 de maio de 2025.